



LIVRES

Índice de Disparidade Salarial 2025

A distância entre os
rendimentos da **elite estatal**
e a **população**

Créditos

DIRETORIA EXECUTIVA **MAGNO KARL**
DIRETORIA DE OPERAÇÕES **MANO FERREIRA**
COORDENAÇÃO E REDAÇÃO **RAFAEL MOREDO**
PROJETO GRÁFICO **DAVI GALINDO**
PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS **CAROLINA SILVEIRA, FELIPE KLEN, MANUELA TORRES E MATHEUS ROCHA**
PRODUÇÃO **SARAH MELO**
CONSULTORIA JURÍDICA **IRAPUÃ SANTANA**
ASSESSORIA DE IMPRENSA **JANGADA**

DIRETORIA

MAGNO KARL
MANO FERREIRA

EQUIPE

ALEXANDRE CONCHON
ANGELO NOVAES
EDUARDO CLEMENTINO
ESTEVÃO JUNIOR
FELIPE KLEN
KEROLAY GOMES
MANUELA TORRES
MATHEUS ROCHA
RAFAEL MOREDO
SAMUEL CURY
SARAH MELO

CONSELHO ACADÊMICO

PRESIDENTE FERNANDO SCHULER
ANDRÉ PORTELA
CECILIA MACHADO
ELENA LANDAU
GUSTAVO BINENBOJM
LAURA MULLER MACHADO
LEANDRO PIQUET
NATALIE UNTERSTELL
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA
PERSIO ARIDA
RICARDO PAES DE BARROS
SAMUEL PESSÔA
SANDRA RIOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE LUIS LELIS
ANTONIA TALLARIDA
ANDREA SPÍNOLA
BERNARDO VIDIGAL
JAMIL ASSIS

ISBN 978-65-997900-3-4

Índice

Introdução	4
Metodologia: Medindo a disparidade salarial da elite estatal	5
Brasil vs. Mundo: Uma elite estatal desproporcionalmente distante	8
Desigualdade federativa: A disparidade entre estados brasileiros	11
Desigualdade nas capitais: Quando a elite municipal vive em outra realidade	18
O custo do Judiciário: Quando a toga pesa mais que a balança	22
Conclusão	25
Um Imperativo Democrático	27
Referências	28

Sobre o LIVRES

O Livres é uma associação civil que promove soluções liberais para o Brasil através de curadoria de políticas públicas, participação no debate público e qualificação de lideranças.

eusoulivres.org
@eusoulivres

youtube.com/LIVRES
contato@eusoulivres.org



Magno Karl
Diretor-executivo do Livres

O Índice de Disparidade Salarial (IDS) do Livres é uma ferramenta para medir, com rigor técnico e clareza comunicativa, o **descolamento entre os salários da elite estatal brasileira e a realidade da população** que ela representa. Em um contexto de crescente desconfiança nas instituições e sensação de distanciamento entre representantes e representados, o IDS traduz essa percepção em um dado concreto, comparável e monitorável.

A metodologia é simples e poderosa: comparamos a remuneração mensal bruta de autoridades públicas — como prefeitos, vereadores, deputados, governadores, juízes, ministros do STF e o presidente da República — com a **renda domiciliar per capita da população sob sua jurisdição**. O índice resultante revela o quanto esses ocupantes de cargos públicos vivem acima (ou fora) da realidade social de quem os elege e financia.

O IDS analisa todos os níveis federativos e os três Poderes da República, e traz também uma comparação internacional com uma amostra de **17 países** de diferentes perfis econômicos, institucionais e regionais, incluindo democracias maduras e nações com nível de renda semelhante ao do Brasil.

O resultado é contundente: o Brasil apresenta um IDS no executivo nacional de **21,27**, enquanto a média entre os demais países analisados é de **10,20**. Isso significa que a disparidade

brasileira é aproximadamente **108% superior à média global**, mesmo quando comparada a países com níveis de renda, desenvolvimento ou desafios institucionais semelhantes.

Esse dado reforça que o problema da desigualdade entre representantes e representados no Brasil não é apenas uma questão de percepção ou insatisfação popular — é uma realidade quantificável, estrutural e significativamente mais grave do que a observada em outras democracias.

É importante destacar que essa desigualdade institucional se sobrepõe a uma estrutura já bastante desigual: **o Brasil tem um coeficiente de Gini de 0,52**, segundo a Plataforma de Pobreza e Desigualdade do Banco Mundial (2024), o que o coloca entre os países mais desiguais do mundo. Ainda assim, os dados do IDS mostram que as elites estatais operam com uma lógica de concentração de renda mais acentuada do que a do próprio mercado. Em vez de compensar a desigualdade, **o setor público formal a acentua** — criando uma espécie de "Gini estatal" que explicita a distância entre instituições e sociedade.

Este índice inaugura uma publicação periódica para contribuir com um debate mais fundamentado sobre o custo do setor público e a necessidade de reformas que aumentem a legitimidade das instituições e sua proximidade com a população.



Metodologia

Medindo a **disparidade salarial** da **elite estatal**

O Índice de Disparidade Salarial (IDS) do Livres foi concebido como um instrumento simples e direto de **comparação entre os rendimentos** da elite estatal e a renda média da população representada. Ele é calculado por meio da razão entre o rendimento médio bruto mensal de uma autoridade pública (cargo eletivo ou do alto escalão do Judiciário) e a renda domiciliar per capita da população sob sua jurisdição. Quanto maior essa razão, maior o distanciamento entre os representantes e os representados.

Acesse a nossa base de dados do
IDS 2025



Cálculo da razão de disparidade

Para garantir rigor metodológico e consistência temporal, todos os cálculos foram realizados com dados de um mesmo ano-base, preferencialmente 2024, último ano com informações completas disponíveis nas bases oficiais. A fórmula aplicada é:

IDS =

Remuneração bruta mensal da autoridade

Renda domiciliar per capita da população representada

As autoridades consideradas incluem:

- Presidente da República e deputados federais;
- Governadores e deputados estaduais e distritais;
- Prefeitos e vereadores das 26 capitais estaduais;
- Ministros do STF/STJ, juizes estaduais e federais e demais autoridades do judiciário

Fontes de dados

Para a renda da população, utilizamos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador de referência foi a renda domiciliar per capita, já amplamente consolidado como medida padrão para comparações socioeconômicas.

Para os demais países, recorremos às suas agências nacionais de estatística (como INEGI/México, INDEC/Argentina, ABS/Austrália, INE/Espanha e Stats NZ/Nova Zelândia).

As **remunerações das autoridades públicas** foram extraídas diretamente de fontes oficiais, como:

- Diários Oficiais da União, estados e municípios;
- Portais da Transparência das respectivas esferas de governo;

- Relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no caso do Poder Judiciário;
- Declarações públicas e documentos oficiais divulgados por ministérios, presidências ou gabinetes parlamentares.

Nos casos em que os dados não estavam atualizados ou disponíveis em formato consolidado, foram utilizados valores publicados por veículos de imprensa baseados em documentos oficiais, desde que devidamente citados e com verificação cruzada.

Correção inflacionária aplicada

Nem todos os países haviam publicado os dados de renda domiciliar per capita de 2024 no momento da elaboração deste índice. Para garantir consistência temporal e permitir comparações justas, as rendas informadas com base em anos anteriores (especialmente 2023 ou 2022) foram corrigidas com base na **inflação acumulada entre o momento da coleta e novembro de 2024**, de acordo com os dados oficiais de cada país.

Essa atualização foi feita utilizando os índices nacionais de preços ao consumidor (IPCA), obtidos através das agências nacionais de estatística de cada país e pelo levantamento do Banco Mundial.

A fórmula aplicada foi:

Renda corrigida = Renda base

x (1 + inflação acumulada)

Esse procedimento garante que todas as razões de disparidade reflitam, com o máximo de precisão possível, a situação real das populações no ano de referência do estudo (2024).

Inclusão do Coeficiente de Gini

Para qualificar a análise comparativa, o estudo incluiu também o coeficiente de Gini (dados do Banco

Mundial), que **mede a desigualdade de renda entre indivíduos em cada país**. Embora não exista relação causal entre o Gini e o IDS, o cruzamento entre os dois permite observar em que medida a desigualdade institucional entre representantes e representados acompanha — ou ultrapassa — a desigualdade social do país.

Essa comparação busca contextualizar o IDS à luz da desigualdade de mercado, permitindo identificar países onde o setor público atua como redutor ou, ao contrário, como reprodutor ou promotor da desigualdade.

Critérios de seleção dos países para comparação internacional

A amostra de 17 países foi selecionada com base em critérios de diversidade econômica, institucional e geográfica, considerando dois fatores principais: (1) a **classificação internacional de mercados** adotada por instituições como a MSCI (Morgan Stanley Capital International) e o S&P Dow Jones Indices e (2) a **disponibilidade de dados públicos confiáveis** sobre salários do setor público e renda da população.

Para fins analíticos, os países foram agrupados em dois grandes blocos:

ECONOMIAS AVANÇADAS

	EUA
	Alemanha
	Japão
	Austrália
	Nova Zelândia
	Canadá
	Portugal
	Coreia do Sul
	Reino Unido
	Espanha
	Suíça

ECONOMIAS EMERGENTES

	África do Sul
	Chile
	Argentina
	Filipinas
	Brasil
	México



O **Uruguai** não integra formalmente os índices, mas foi incluído como **emergente** pela compatibilidade no perfil institucional e socioeconômico.

Essa composição assegura uma comparação internacional que combina diversidade regional e econômica. A comparação internacional funciona, assim, como um grupo de controle ampliado.

Estrutura da análise

O estudo está organizado em quatro blocos principais:

- **Comparação internacional:** compara a disparidade salarial do Chefe de Estado brasileiro com seus equivalentes em outros países. É a etapa que posiciona o Brasil frente a padrões internacionais.
- **Ranking estadual de disparidade salarial:** calcula o IDS para governadores, deputados estaduais e federais em todas as unidades federativas.
- **Ranking municipal (capitais):** foca nos salários de prefeitos e vereadores das capitais, comparados à renda da população local.
- **Judiciário:** analisa a disparidade entre os salários de magistrados e membros do Ministério Público e a renda média da população nacionalmente e em cada estado, além de uma comparação internacional com os salários das supremas cortes de outros países.

Brasil vs. Mundo

Uma **elite estatal**
desproporcionalmente
distante



A comparação entre a elite estatal brasileira e as autoridades nacionais de outros países revela um cenário de **disparidade sistêmica**, que extrapola as fronteiras do aceitável mesmo entre países com estruturas institucionais e níveis de desenvolvimento distintos.

Desigual até entre desiguais



Legenda . . . Média global **10,2** . . . Média dos países em desenvolvimento **16,06**

Como calculamos o IDS do Executivo nacional

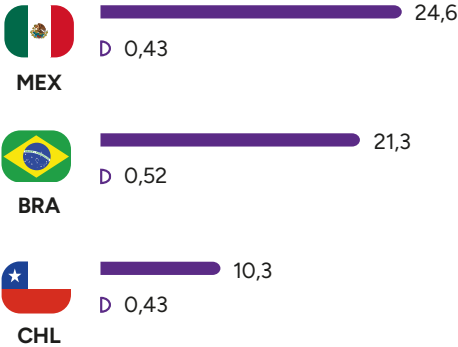


108% maior que a média internacional **32%** maior que a média dos países emergentes

O Índice de Disparidade Salarial (IDS) do Executivo Nacional do Brasil — calculado com base na relação entre a remuneração do Presidente da República (R\$ 44.008,52) e a renda domiciliar per capita da população (R\$ 2.069,00) — é de **21,27**. Em outras palavras, o chefe do Executivo federal brasileiro recebe mensalmente mais de vinte vezes o que ganha, em média, um cidadão comum no país.

O Brasil se destaca negativamente mesmo entre países de **perfil socioeconômico semelhante**, como Argentina, Chile e Uruguai, que apresentam índices significativamente inferiores ao brasileiro, ainda que compartilhem desafios estruturais parecidos, como concentração de renda, fragilidades fiscais e desigualdade histórica. Já o México, embora tenha um salário presidencial alto, tem um IDS apenas 15,6% acima do brasileiro, mesmo com uma renda média 26% menor.

Desigualdade de renda



Legenda IDS Coeficiente de Gini

Esses dados mostram que ter alta desigualdade de renda (Gini elevado) não determina, por si só, um IDS alto. Chile e México, por exemplo, têm o mesmo coeficiente de Gini (0,43), mas apresentam IDS muito diferentes — 10,3 no Chile e 24,6 no México. Isso indica que, ainda que a desigualdade de mercado seja alta no Brasil, o nível de disparidade salarial do setor público é resultado também de

escolhas institucionais e políticas, e não apenas do contexto econômico.

Embora a comparação **não permita inferir causalidade**, ela indica que o descolamento da elite estatal brasileira ultrapassa o que seria esperado em função da desigualdade geral da sociedade. Em vez de corrigir distorções, como se esperaria do Estado, o topo da máquina pública brasileira as reproduz — e muitas vezes as amplifica.

Por outro lado, em países desenvolvidos onde os salários políticos são elevados em termos nominais, o distanciamento frente à média da população é bem menor. Os chefes de governo da Alemanha, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos, por exemplo, mantêm remunerações que os colocam entre cinco a nove vezes acima da renda média nacional. Nesses países, o **Gini varia de 0,32 a 0,41**, e o setor público se mantém dentro de padrões razoáveis de proporcionalidade institucional. Os valores do IDS, ainda que não desprezíveis, estão dentro dos limites aceitáveis para uma elite governante em democracias modernas.

Um grupo de controle que aponta o desvio

A comparação internacional permite isolar o problema brasileiro e evidenciar que há um desvio — não apenas em relação a países ricos, mas também em relação a nações com desafios semelhantes.

Quando consideramos apenas os **países emergentes** com desafios institucionais e distributivos semelhantes aos brasileiros, como México, Argentina, Filipinas e África do Sul, a média do **IDS é de 16,05**. Ainda assim, o Brasil, com um índice de 21,27, está substancialmente acima, indicando que sua disparidade não decorre apenas de condições econômicas adversas, mas de um modelo de remuneração pública descolado da realidade social.

Desigualdade Federativa

A disparidade entre os estados brasileiros



O IDS também evidencia que a disparidade salarial entre elite estatal e população não é homogênea no território nacional. Ao contrário, ela reflete um padrão estrutural de descolamento institucional que se acentua em determinadas regiões e se manifesta em todos os níveis de poder — nos Executivos estaduais, Legislativos estaduais e na própria representação federal.

Neste capítulo, comparamos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal a partir de três recortes:

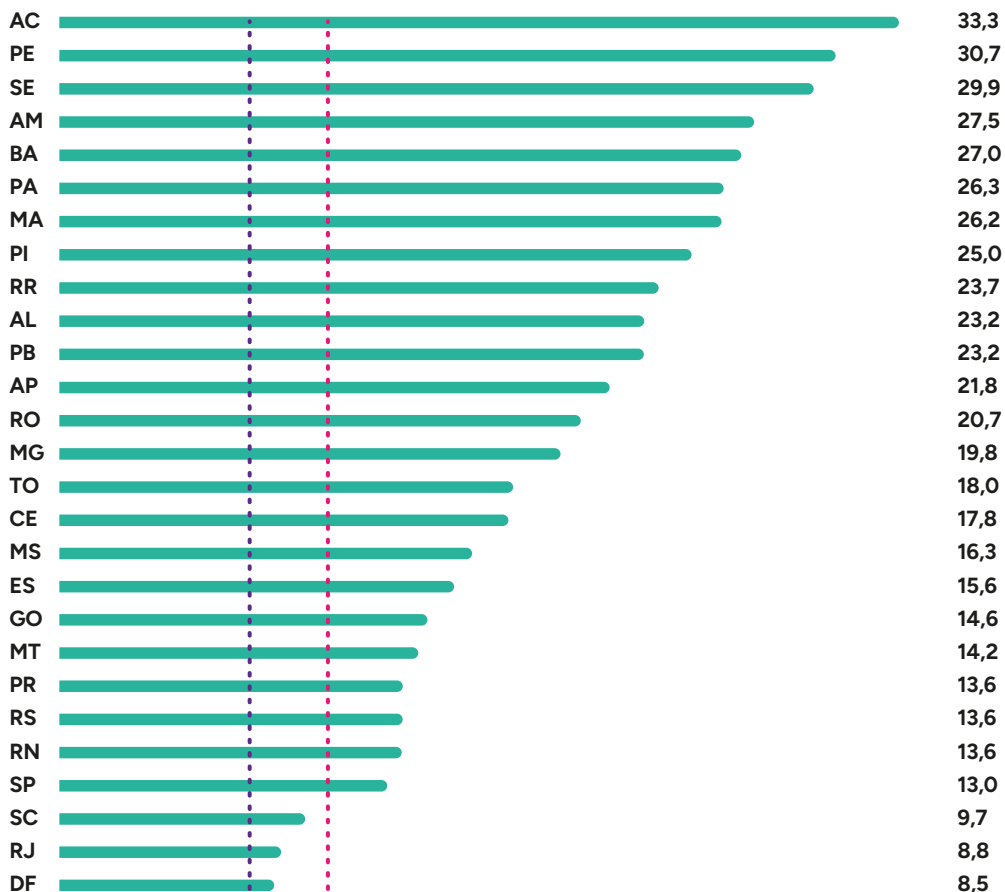
- Governadores
- Deputados estaduais
- Deputados federais



1

Governadores:

mais bem pagos que chefes de estado



Legenda . . . Média global 10,2

. . . Chefe do governo da Espanha 7,1

Quanto menor a renda, maior o privilégio

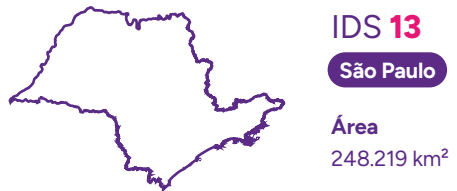
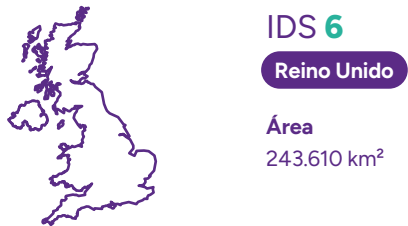
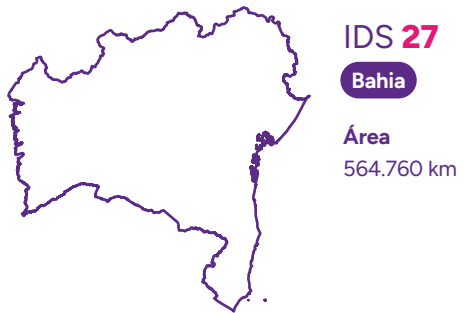
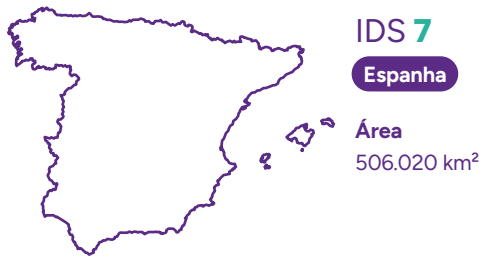
A análise do IDS dos governadores mostra um padrão alarmante: quanto menor a renda da população, maior a disparidade salarial entre ela e o chefe do Executivo estadual.

Todos os governadores brasileiros ganham, proporcionalmente, mais do que chefe de governo da Espanha

A comparação entre a Bahia e a Espanha ilustra o descolamento salarial no Brasil. Embora possuam áreas territoriais semelhantes, o IDS do governador da Bahia é de 27,0, quase **quatro vezes maior** que o IDS do primeiro-ministro espanhol (7,1).

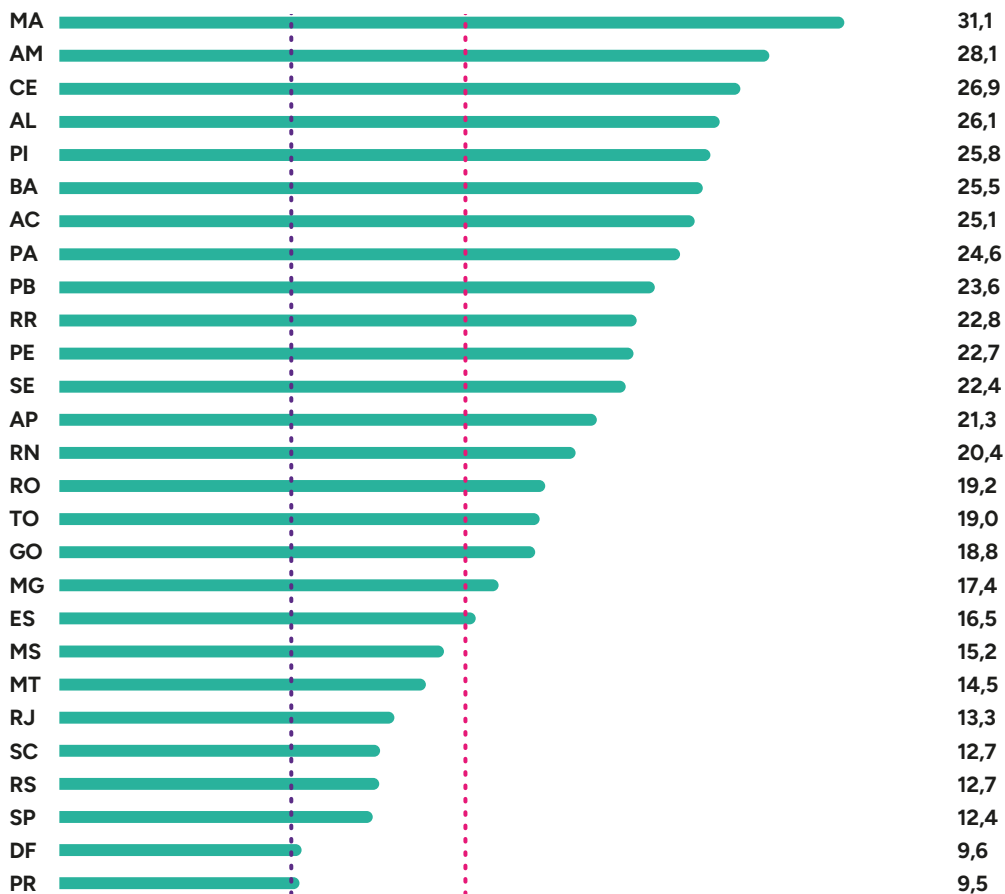
Mesmo em estados com maior renda média, como São Paulo (12,99) e o Distrito Federal (8,51), a disparidade entre o salário dos governadores e a renda da população ainda é relevante. Por outro lado, quando comparamos com o padrão internacional, especialmente entre países com renda semelhante à do Brasil, esses estados apresentam índices melhores, próximos ou até abaixo da média dos países emergentes (16,05) e alinhados ao intervalo observado em democracias consolidadas (média de 10,20). Esses resultados mostram que é possível avançar para **patamares mais equilibrados de remuneração**, como já ocorre em parte do país.

Apesar do índice nesses estados ainda demonstrar um descolamento relevante entre governantes e representados, eles destoam positivamente do padrão brasileiro e estão mais próximos de parâmetros internacionais considerados razoáveis. Isso reforça que há espaço para avanços estruturais no Brasil, inclusive tomando como referência boas práticas já observadas em algumas unidades federativas, onde a remuneração das autoridades caminha em direção a um maior equilíbrio institucional.



2

Deputados Estaduais: um Legislativo replicando privilégios



Legenda . . . Média dos países emergentes **16,05** . . . IDS do Presidente de Portugal **9,16**

Desigualdade de renda regional acende alerta

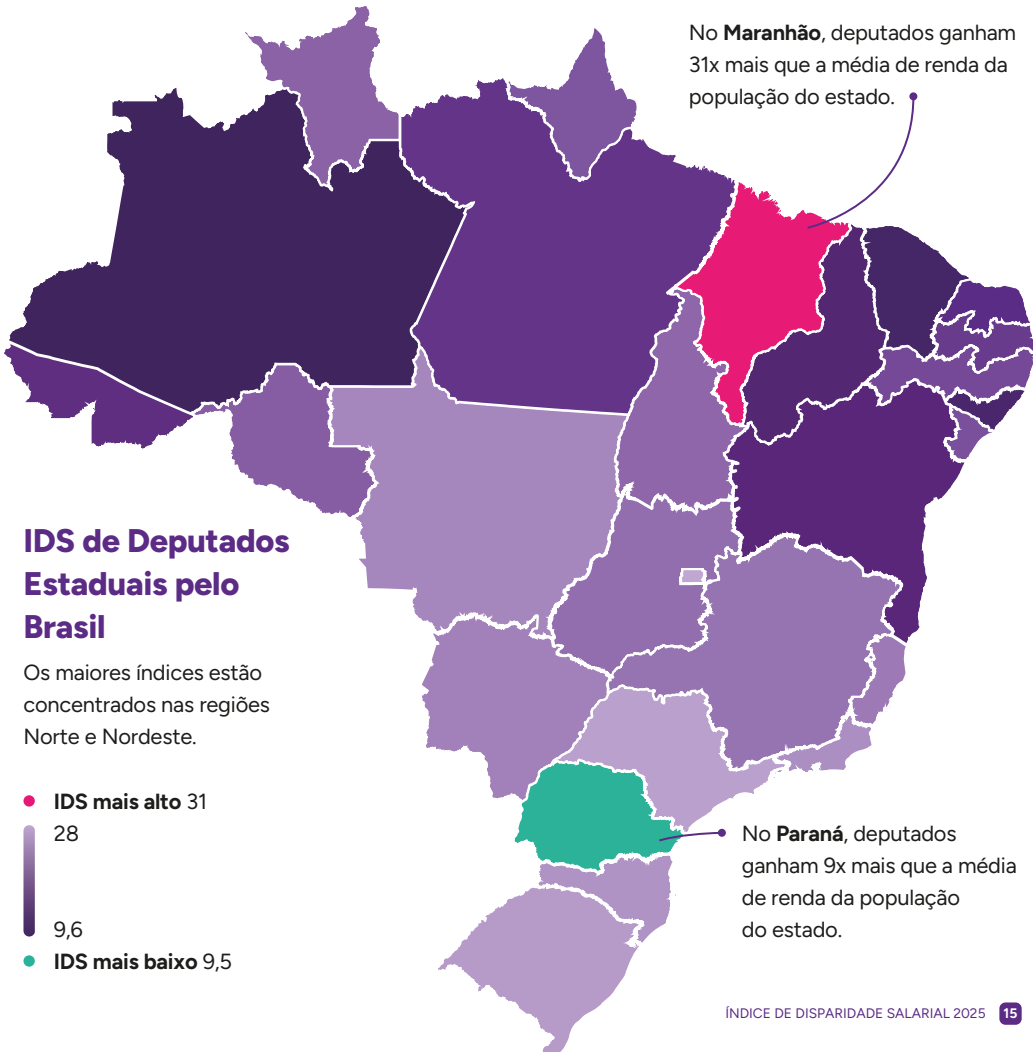
Mesmo nos estados com maior renda do Brasil, a disparidade continua elevada - Paraná, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul têm deputados ganhando pelo menos 9 vezes mais que a renda média local.

Mesmo com pequenas variações entre estados, os salários giram em torno de R\$ 33 mil a R\$ 35 mil, o que, combinado à **desigualdade de renda regional**, gera índices de disparidade elevadíssimos em praticamente todo o país.

Nos estados com maior renda do país, o distanciamento entre representantes e representados permanece elevado. Paraná, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul apresentam os **menores índices de disparidade** entre os deputados estaduais, mas ainda assim os vencimentos parlamentares superam em mais de 9 vezes a renda média da população local.

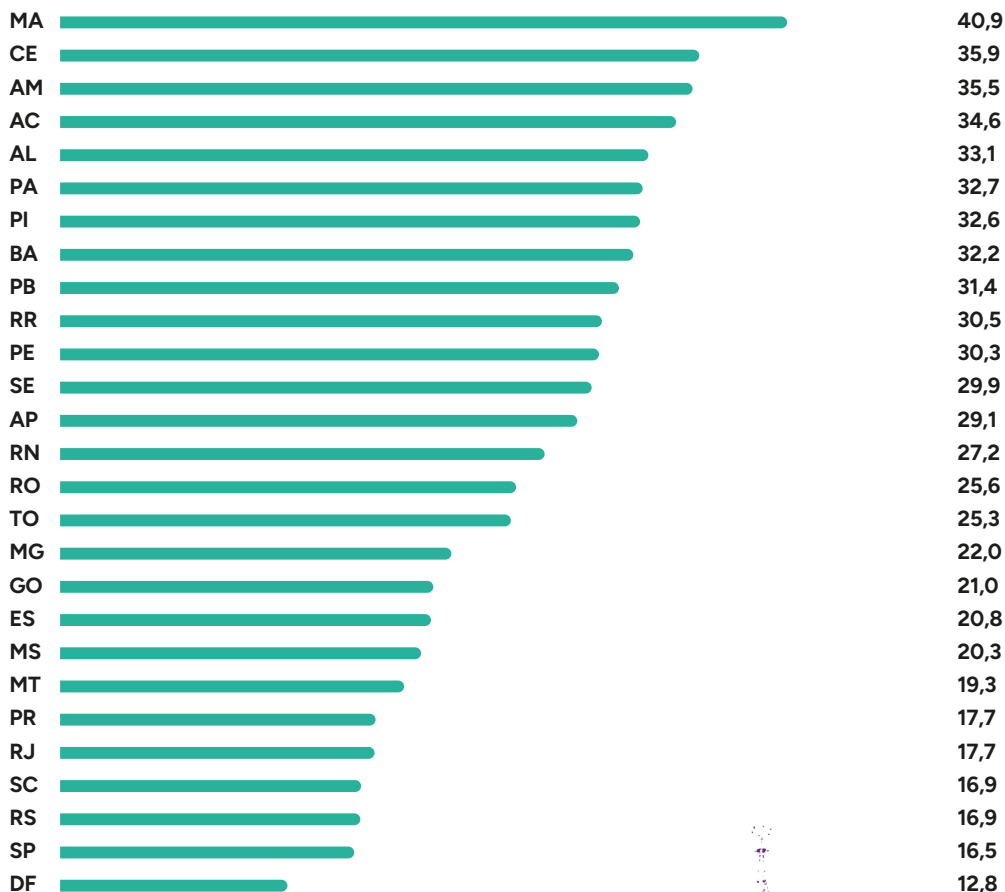
Deputados estaduais têm IDS maior do que chefes de governo de alguns países desenvolvidos.

Esse padrão é particularmente revelador quando colocamos os dados em **perspectiva internacional**. Em Portugal, o presidente tem um IDS de 9,16; na Espanha, o IDS do primeiro-ministro é de 7,10; no Reino Unido, o IDS do primeiro-ministro está na casa dos 6,33.



3

Deputados Federais: padronização salarial mascara desigualdade regional



Comparação internacional

IDS de deputados federais de outros países

	Argentina	4,5
	Reino Unido	3,7
	EUA	3,4
	Portugal	3,0



O caso dos deputados federais é paradigmático. Como recebem **o mesmo salário fixo nacional (R\$ 44.008,52)**, a variação no IDS entre os estados reflete exclusivamente a diferença na renda da população local. Os dados mostram que, mesmo com um valor padronizado, o efeito distributivo é profundamente desigual:

Essa padronização salarial, sem considerar as diferenças regionais de renda, amplia desigualdades e distorce a representação federativa. Um **mesmo salário tem impacto muito maior em estados mais pobres**, onde o IDS dos deputados federais chega a ultrapassar 40 vezes a renda média local. Na prática, isso cria privilégios desproporcionais, rompe a noção de equilíbrio federativo e aprofunda a sensação de distanciamento entre Brasília e a realidade do eleitor.

Deputados federais brasileiros chegam a ganhar 40 vezes mais do que a renda média local.

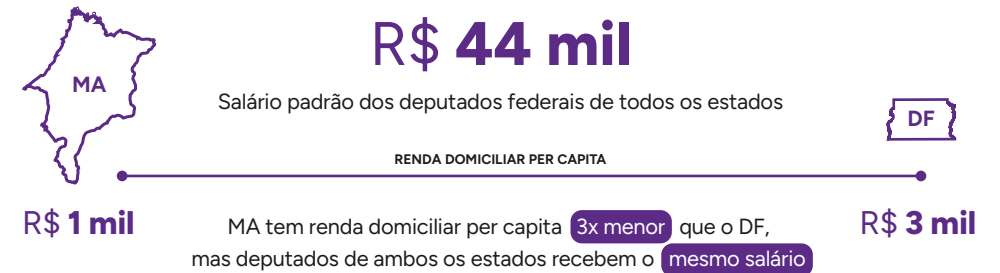
Além disso, quando comparamos os deputados federais brasileiros com seus equivalentes em **outros países**, o contraste se torna ainda mais evidente. Enquanto no Brasil o IDS médio dos deputados federais é de 21,27, em democracias consolidadas esses índices são muito menores, ficando entre **três e cinco vezes a renda da população**.

Ou seja, em democracias maduras e até em países com desafios institucionais comparáveis, como a Argentina, o padrão é de um distanciamento entre representantes e representados **três a sete vezes menor que o brasileiro**. Isso demonstra que a desproporção brasileira não é apenas uma consequência de baixa renda nacional, mas sobretudo de um modelo de remuneração pública desconectado da realidade econômica da população.

Modulação regional diminui distorções

Os dados apontam para uma **desigualdade estrutural do Estado brasileiro**, reproduzida em todas as regiões e em todos os níveis de poder. Mesmo em contextos de escassez de recursos, crise fiscal ou pobreza ampla, os salários das elites políticas se mantêm elevados, com pouca ou nenhuma correlação com a realidade socioeconômica local.

Frente a esse cenário, é urgente o debate sobre a adoção de mecanismos de **modulação salarial vinculados à realidade local** — seja por meio de tetos proporcionais, indexadores regionais ou limites legais baseados em indicadores sociais. O objetivo não é desvalorizar o serviço público, mas recalibrar sua legitimidade e reaproximá-lo das pessoas a quem serve.



Desigualdade nas Capitais

Quando a **elite municipal** vive uma outra realidade

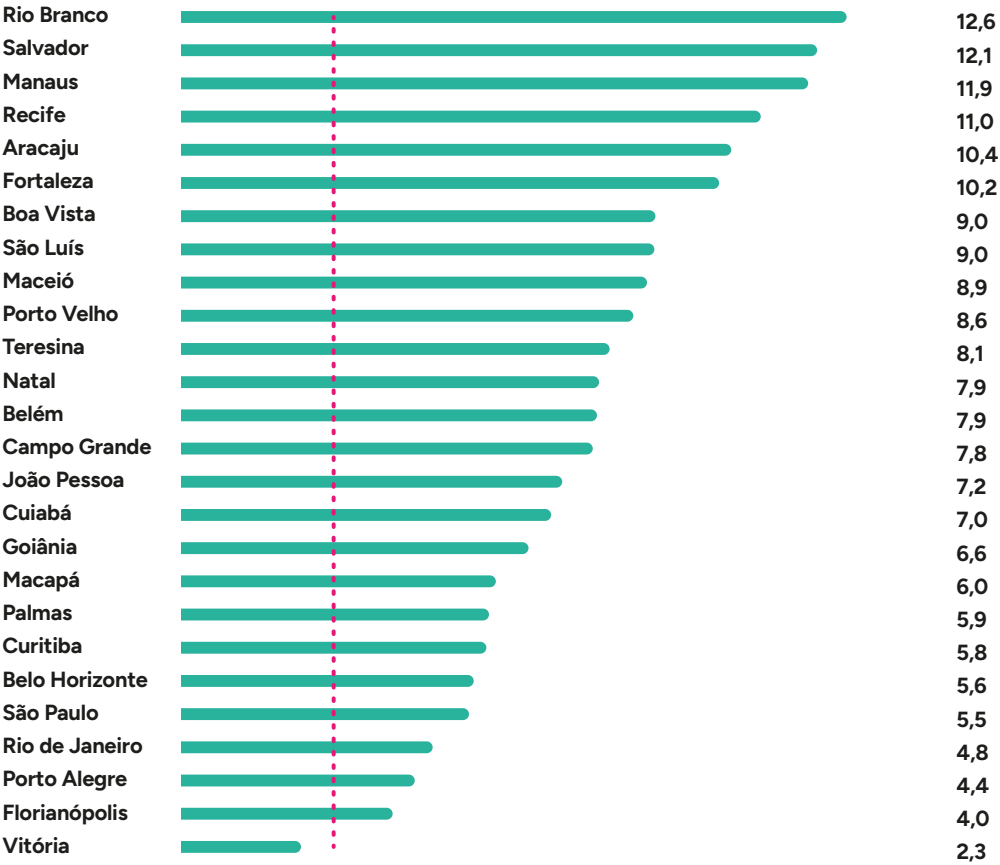
O recorte municipal do IDS aprofunda a constatação de que a elite estatal brasileira, mesmo nos níveis mais próximos do cidadão, vive realidades materiais radicalmente distantes da população. O levantamento nas 27 capitais brasileiras revela disparidades acentuadas tanto no Poder Legislativo (vereadores) quanto no Executivo Municipal (prefeitos), reforçando a **dimensão local da desigualdade** institucional.

A metodologia seguiu o padrão aplicado a outros níveis federativos: razão entre o salário bruto mensal da autoridade (2024) e a renda domiciliar per capita da população da capital. No entanto, dada a ausência de dados municipais atualizados para 2024, foram utilizados os valores referentes a 2023, levantados pelo IBGE, e corrigidos com a inflação acumulada até 2024, de 6,33%, com base no IPCA. Isso garante a **consistência temporal** entre numerador e denominador e permite comparações confiáveis entre capitais.



1

Vereadores: reajustes aumentaram o abismo



Legenda . . . IDS Vereador de Nova York 2,9

PIOR IDS Rio Branco (AC)



MELHOR IDS Vitória (ES)



17 capitais brasileiras aprovaram **reajustes salariais** já válidos a partir de 2025. Não consideramos os valores reajustados neste índice por razões metodológicas já explicadas (ver pág. 5). No entanto, as mudanças devem elevar substancialmente a disparidade nos próximos ciclos de avaliação nessas cidades.

Em Rio Branco (AC), vereadores recebem mais de 12 vezes a renda média da população local.

Isso reforça a importância de **acompanhar o IDS regularmente** e evidencia que a baixa disparidade atual não representa, necessariamente, uma estrutura institucional mais contida — mas pode refletir um atraso temporário nos aumentos salariais.

Descolamento se mantém com rendas locais mais altas

As capitais do **Norte e Nordeste concentram os maiores índices**, em parte porque têm rendas médias mais baixas, mas também por manterem salários de referência iguais ou próximos aos das capitais do Sudeste e Sul, onde o custo de vida é mais alto.

O dado mais preocupante, porém, é que mesmo em cidades com níveis moderados ou altos de renda média — como São Paulo (5,47) ou Curitiba (5,80) — os salários continuam até cinco vezes maiores que a média da população, o que mantém o descolamento institucional mesmo em **contextos mais prósperos**.

Para efeito de comparação, um vereador de Nova York, nos Estados Unidos, tem um IDS de apenas 2,93, menor que o de todas as capitais brasileiras (exceto Vitória). Isso mostra que mesmo em grandes centros urbanos globais, a remuneração parlamentar pode ser mais proporcional à renda da população.

Vereadores de Nova York (EUA) tem **IDS menor** que de **25 capitais brasileiras**, recebendo 3x mais que a renda média local.



Vereadores de São Paulo (SP) recebem **5x mais** que a renda média local (R\$ 3,2 mil), entre as mais altas do Brasil

2

Prefeitos: casos de proximidade mostram que nova lógica é possível



Legenda . . . IDS Prefeito de Nova York 5,1

Porto Alegre e Vitória dão bom exemplo

Em meio a um cenário geral de disparidade, algumas capitais brasileiras apresentam IDS de prefeitos que se aproximam de padrões internacionais. As cidades de Vitória e Porto Alegre mantêm **índices inferiores ao de Nova York** (EUA), mostrando que é possível conciliar liderança municipal e remuneração proporcional à realidade da população.

O custo do Judiciário

Quando a toga **pesa** mais que a balança

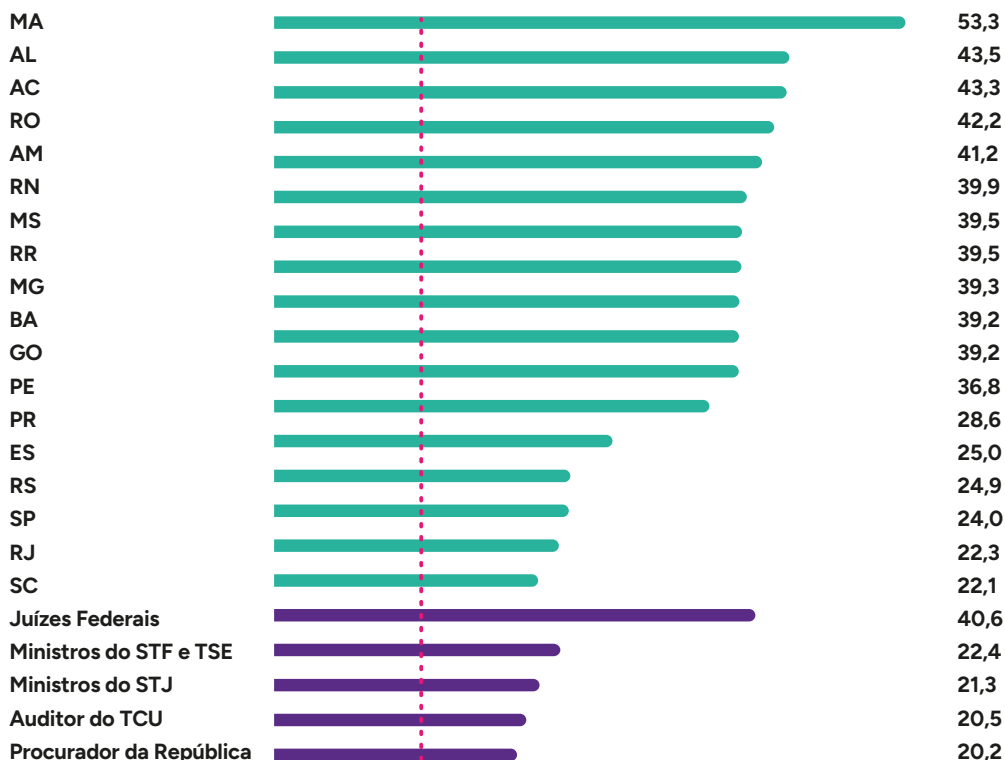
Encerramos o Índice de Disparidade Salarial com um dos dados mais reveladores e sensíveis: a desigualdade entre os rendimentos da elite do Poder Judiciário brasileiro e a população que, em tese, é protegida por suas decisões. O levantamento revela que **a magistratura é o pior caso de disparidade** entre todas as autoridades — não apenas no Brasil, mas em comparação com juízes de cortes superiores em países desenvolvidos.

0,3%

Parcela dos servidores efetivos com rendimento superior ao teto constitucional (PNAD 2023)

1

O teto que virou piso: a distorção dos penduricalhos



Legenda . . . IDS Suprema Corte da Argentina **11,9**

Um teto que dobra de tamanho

- R\$ 2 mil

Renda domiciliar
per capita
nacional

R\$ 44 mil

Teto constitucional
para os rendimentos
(2024)

R\$ 88 mil

Rendimento máxi-
mo permitido pelo
CNJ acima do teto

Qualquer análise sobre remuneração do judiciário brasileiro precisa começar pelo fenômeno que rasgou a Constituição para colocar a categoria acima das leis: os **penduricalhos** são pagamentos supostamente “indenizatórios” que, na prática, derrubaram o teto constitucional.

No **âmbito federal**, os magistrados dos tribunais superiores recebem salários brutos mensais na casa dos R\$ 46 mil, enquanto juízes federais e procuradores da República têm vencimentos próximos ou acima de R\$ 37 mil.

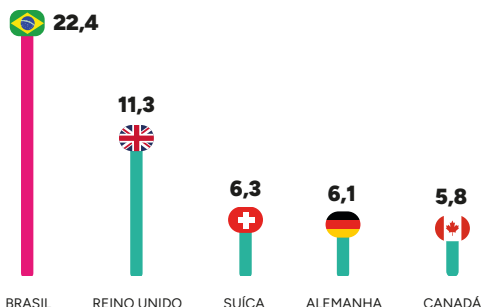
R\$ 678 mil

É quanto alguns juízes receberam em
apenas um mês em 2024

339x A renda domiciliar
per capita brasileira

Um IDS acima de 300 não foi identificado em
nenhum outro país avaliado na nossa pesquisa
para esta edição do Índice.

Considerando apenas o subsídio constitucional (R\$ 37.731,80 mensais), o IDS dos juízes federais é de 18,24. Entretanto, após a decisão do CNJ que autoriza verbas indenizatórias de até R\$ 46,3 mil mensais — elevando o potencial contracheque a R\$ 84 mil — o **IDS real salta para 40,63**, mais que o dobro do índice anterior e quase quatro vezes a média internacional.



Um Poder acima de todos?

A desigualdade salarial no Judiciário brasileiro revela não apenas uma estrutura de privilégios, mas um modelo institucional que se autoblinda contra ajustes, revisões ou contenção fiscal. O **teto constitucional é uma peça de ficção**. As carreiras são longas, os auxílios são incorporados, os mecanismos de controle são frágeis.

Uma reforma eficaz no judiciário brasileiro precisa não apenas revisar o subsídio oficial, mas, sobretudo, **estancar o fluxo de verbas indenizatórias** que desvincula a remuneração da magistratura da realidade econômica da população que ela serve.

A comparação reforça um ponto estrutural: no Brasil, o Judiciário é remunerado não apenas acima da população, mas **acima da elite pública de outros países**. E mais do que uma questão de valor absoluto, o problema está na ausência de critérios objetivos e proporcionais de remuneração — e na incapacidade do sistema de conter seus próprios privilégios.



IDS das Supremas Cortes

Comparativo
com alguns
países desenvolvidos



Conclusão



Rafael Moredo

Coordenador de políticas públicas do Livres

O Índice de Disparidade Salarial (IDS) revela, com base em dados concretos e comparações internacionais, um diagnóstico claro: o Estado brasileiro remunera seus representantes e dirigentes de forma profundamente **descolada da realidade** socioeconômica da população que deveria representar.

O levantamento realizado em 2025 identificou disparidades sistemáticas em todos os níveis federativos e Poderes da República.

Essa distância entre representantes e representados **não é apenas uma questão orçamentária**: é um problema institucional, político e simbólico. Quando os que fazem as leis, julgam as regras ou executam políticas públicas vivem uma realidade financeira radicalmente diferente da maioria da população, a capacidade do Estado de entender, responder e se responsabilizar pelas demandas da sociedade é seriamente comprometida.

Propostas para reduzir a disparidade institucional

À luz da experiência internacional e das distorções observadas ao longo deste estudo, o IDS também serve como ponto de partida para **recomendações práticas de reforma administrativa e marcos jurídicos capazes de conter a disparidade salarial entre Estado e sociedade**. A seguir, apresentamos caminhos possíveis:

Teto federativo proporcional à renda local

Remunerações de autoridades estaduais e municipais devem ser limitadas com base na renda domiciliar per capita da população representada. Um **índice fixo**, como 10 ou 12 vezes essa renda, poderia estabelecer um limite justo, adaptável à realidade de cada ente federativo. Além disso, constituiria um incentivo claro no sentido de direcionar a atuação da elite estatal ao objetivo de ampliação da renda per capita da população representada.

Vedação à indexação automática entre carreiras e esferas

Reajustes concedidos a ministros do STF, por exemplo, não devem gerar aumentos automáticos no Legislativo estadual ou no Ministério Público. A lógica

de “isonomia institucional” precisa ser substituída por uma lógica de “proporcionalidade socioeconômica”.

Conselhos independentes de remuneração pública

Inspirado em modelos como o do Reino Unido (Review Body on Senior Salaries), esse órgão seria responsável por propor **limites remuneratórios** baseados em indicadores fiscais, produtividade e renda da população — fora da influência direta dos próprios beneficiários.

Transparência mensal obrigatória e controle efetivo de verbas indenizatórias

Todos os adicionais que compõem a remuneração total devem ser publicados de forma individualizada e contabilizados dentro do teto constitucional. Hoje, “penduricalhos” funcionam como mecanismo de ampliação salarial sem escrutínio social.

Inclusão do IDS como ferramenta oficial de monitoramento

O IDS pode ser utilizado por órgãos de controle e formulação de políticas públicas (como TCU, CGU, STN e Ipea) como indicador de justiça institucional, ao lado do Gini, carga tributária e outros índices de avaliação do Estado.

Um imperativo democrático



Mano Ferreira

Cofundador e diretor de operações do Livres

A **democracia liberal** precisa de muito mais do que eleições periódicas. Ela exige responsabilidade, transparência e, sobretudo, representatividade. Quando aqueles que ocupam o topo do Estado se desconectam da realidade da população a confiança nas instituições entra em crise e sua legitimidade fica em risco.

O Índice de Disparidade Salarial é um instrumento que permite medir esse fenômeno objetivamente, comparando-o com realidades internacionais e iluminando caminhos para **reformatar regras que perpetuam desigualdades** institucionais enraizadas no país.

O IDS evidencia um problema estrutural: a elite estatal brasileira é, frequentemente, remunerada de forma desproporcional ao restante da sociedade — e isso não se explica apenas por fatores econômicos ou pela baixa renda da população. É um modelo de Estado **patrimonialista e disfuncional**, com pouca transparência e praticamente nenhum controle sobre reajustes no alto escalão.

Enquanto democracias consolidadas têm limites institucionais claros para o arbítrio das autoridades, o Brasil ainda permite que aumentos sejam definidos pelos próprios beneficiários, sem vinculação à produtividade, ao desempenho institucional, à responsabilidade fiscal e à realidade social do país.

Essa lógica é típica das instituições extrativistas

que levam os países ao fracasso. Mecanismos que concentram poder e renda em uma elite, extraindo recursos da maioria da população. Um Estado que aprofunda a desigualdade, mina a confiança pública e desgasta a legitimidade da democracia.

Para que sejamos um país decente, precisamos reformatar o Estado a serviço do cidadão.

O oposto disso são as **instituições inclusivas**, que impõem limites ao poder, multiplicam oportunidades e favorecem a prosperidade compartilhada. Reformatar as instituições existentes, tornando-as mais conectadas à cidadania e pautadas por resultados efetivos de justiça social, é o desafio da nossa geração.

Medir a disparidade entre representantes e representados é o primeiro passo para reduzi-la. Ao fazê-lo com base em dados, metodologia e comparações internacionais, o **IDS não apenas denuncia, mas propõe**, apontando caminhos para a construção de um país mais justo, eficiente e próspero.

Para que sejamos um país decente, precisamos reformatar o Estado a serviço do cidadão. Não é uma utopia nem um devaneio ideológico. É um imperativo democrático.

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. **Desigualdade de renda: coeficiente de Gini**. Our World in Data. Publicado em 14 de abril de 2025. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/economic-inequality-gini-index>

BARBOSA, Gabriel; COLOMBO, Guíllia. **Juízes receberam salários acima de R\$ 100 mil 63.816 vezes em 2024**. Poder 360. Publicado em 22 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-justica/juizes-receberam-salarios-acima-de-r-100-mil-63-816-vezes-em-2024/>

ESTADÃO CONTEÚDO. **Corregedoria do CNJ cria teto de R\$ 46,3 mil para penduricalhos de juízes**. Info Money. Publicado em 21 de março de 2025. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/corregedoria-do-cnj-cria-teto-de-r-463-mil-para-penduricalhos-de-juizes/>

GOV.UK. **Senior Salaries Review Body Report: 2025**. Publicado em 22 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/senior-salaries-review-body-report-2025>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>

JANUÁRIO, Vitor. **Vereadores de ao menos 17 capitais terão aumento salarial em 2025**. G1. Publicado em 05 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/01/05/vereadores-de-ao-menos-17-capitais-terao-aumento-salarial-em-2025.ghtml>

MSCI MARKET CLASSIFICATION. **Assessing and categorizing equity markets according to common characteristics**. Publicado em 2025. Disponível em: <https://www.msci.com/indexes/index-resources/market-classification>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm

S&P Global. **Investment Theme: Global Core**. Publicado em 2025. Disponível em: <https://www.spglobal.com/spdji/en/landing/investment-themes/global-broad-market/>

Acesse a nossa base de dados do
IDS 2025



Agradecimentos

- Atlas Network
- Friedrich Naumann Foundation
- Fundação Getúlio Vargas
- Insper

Índice de Disparidade Salarial 2025

- Instituto Millenium
- Liberal International
- National Liberal Club
- Red Liberal de América Latina

Coalizão de Combate aos Supersalários

O Livres integra uma coalizão de organizações da sociedade civil que atuam pela eficiência do gasto público e pela justiça remuneratória no Estado brasileiro. Essa articulação busca eliminar salários acima do teto constitucional, propondo soluções técnicas e legislativas para garantir um serviço público mais justo, transparente e sustentável.

Participam da coalizão:

- Associação Livres
- Centro de Liderança Pública
- Fundação Tide Setubal
- Instituto Democracia e Sustentabilidade
- Movimento Brasil Competitivo
- Movimento Pessoas à Frente
- Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades
- Plataforma Justa

- República.org
- Transparência Brasil

Para defender um Estado mais justo e eficiente, a Coalizão lançou em Abril de 2025 o Manifesto pelo Fim dos Supersalários, que você acessar no QR Code abaixo.



Projeto

Democracia Liberal

eusoulivres.org/democracialiberal

O projeto **Democracia Liberal**, do Livres, promove reformas institucionais que colocam o Estado a serviço do cidadão. Ao combater privilégios e fortalecer princípios republicanos, busca reduzir distorções como as reveladas pelo Índice de Disparidade Salarial, aproximando representantes e população.

Nesse sentido, a iniciativa **Revisão Social dos Gastos** complementa esse esforço ao defender um orçamento mais justo e eficiente, revisando despesas para priorizar quem mais precisa. Ao expor desigualdades salariais no setor público, como faz o IDS, reforça a necessidade de gastar melhor para construir um país mais livre e próspero.



eusoulivres.org

Apoie **soluções liberais** para o Brasil.
Seja Livres.

Esta publicação foi realizada pelo Livres como parte do projeto Democracia Liberal.

É permitida a reprodução parcial e total desta obra desde que citada a fonte.
Tiragem: 1ª.

Livres

Índice de Disparidade Salarial 2025: A distância entre os rendimentos da elite estatal e a população.

Organizadores Mano Ferreira, Magno Karl, Rafael Moredó –
São Paulo, Livres, 2025.

ISBN 978-65-997900-3-4



Soluções liberais para o Brasil

eusoulivres.org @eusoulivres